



# TERRAMAR

## Oficina – Construção de Subsídios para o Planejamento do Projeto TerraMar

12 e 13 de dezembro de 2016

Regência - ES

Lêda Luz  
Lêda Luz – luz.leda@gmail.com

## Lista de Siglas

AGERH	Agência Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo
APA	Área de Proteção Ambiental
BA	Bahia
BMUB	Ministério Federal do Meio Ambiente, Conservação da Natureza, Construção e Segurança Nuclear da Alemanha
CBH	Conselho de Bacia Hidrográfica
CBH-BSFRD	Comitê das Bacias Hidrográficas do Rio Barra Seca e Foz do Rio Doce
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COMDEMA	Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente
COMPESCA	Comitê da Cadeia Produtiva da Pesca e da Aquicultura
CONFREM	Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinheiros
EEEFM	Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
ES	Espírito Santo
FAPES	Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo
FNMA	Fundo Nacional do Meio Ambiente
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNDAGUA	Fundo Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo
FUNDEMA	Fundo Estadual do Meio Ambiente
GIZ	Agência de Cooperação Alemã, Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit GmbH
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDAF	Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo
IEMA	Instituto Estadual de Meio Ambiente do Espírito Santo
IESB	Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia
IN	Instrução Normativa
INCAPER	Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
INDA	Infraestrutura Nacional de Dados Abertos
INDE	Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais
MMA	Ministério do Meio Ambiente
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONG	Organização Não Governamental
PBA	Plano Básico Ambiental
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PELD	Programa de Pesquisa Ecológica de Longa Duração
PF	Polícia Federal
PNAMC	Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
REBIO	Reserva Biológica
RECEPAC	Rede de Cooperação em Estudos, Extensão e Pesquisa sobre Ambientes Costeiros e Marinheiros Capixabas

RVS	Refúgio da Vida Silvestre
SEAMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Espírito Santo
SISBIO	Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
SOS MA	Fundação SOS Mata Atlântica
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
TI	Terra Indígena
TTAC	Termo de Transação de Ajustamento de Conduta
UC	Unidade de Conservação
ZEE	Zoneamento Ecológico Econômico

## Sumário

Lista de Siglas .....	1
Contexto .....	4
Objetivos .....	4
Organização da Oficina.....	4
Programação .....	4
Abertura .....	6
Expectativas dos Participantes – (Lista de participantes em anexo) .....	6
Contextualização do Projeto TerraMar.....	7
Contribuição da Cooperação Técnica Alemã no Projeto TerraMar.....	10
Debate .....	11
Diagnóstico por percepção da Região dos Abrolhos.....	13
Debate .....	14
Trabalho de Grupo.....	14
1. Conservação e uso sustentável da biodiversidade.....	17
2. Socioeconomia Local e Regional .....	25
3. Relações institucionais e governança ambiental .....	29
4. Água, Cobertura Vegetal e Fauna .....	33
Avaliação .....	36
Encaminhamentos .....	38

## Contexto

O projeto Proteção e Gestão Integrada da Biodiversidade Marinha e Costeira – Projeto TerraMar -- é uma iniciativa do Ministério do Meio Ambiente- MMA do Brasil e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade- ICMBio, em parceria com o Ministério Federal do Meio Ambiente, Conservação da Natureza, Construção e Segurança Nuclear- BMUB, da Alemanha, com apoio técnico da Agência de Cooperação Alemã, Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit GmbH- GIZ.

Por meio dele busca-se a promoção da gestão ambiental territorial integrada do espaço continental e marinho, contribuindo para a conservação da biodiversidade, em duas regiões pré-selecionadas: Área de Proteção Ambiental - APA Costa dos Corais, localizada no litoral dos Estados de Pernambuco e Alagoas, e a Região dos Abrolhos, na costa da Bahia e do Espírito Santo. Considerando as responsabilidades compartilhadas no que tange à gestão ambiental no Brasil, os governos desses quatro estados também deverão se envolver no projeto.

## Objetivos

- Compartilhar as informações do Projeto “Proteção e Gestão Integrada da Biodiversidade Marinha e Costeira” – Projeto “TerraMar”;
- Conhecer, aprofundar e avaliar coletivamente o diagnóstico por percepção da Região dos Abrolhos;
- Levantar subsídios para o Planejamento do Projeto TerraMar.

## Organização da Oficina

### Programação

#### 12 de dezembro de 2016

Horário	Atividade
8h30	Recepção dos Participantes
9h00	Abertura e organização da oficina (apresentação dos participantes e suas expectativas, objetivos, programação e aspectos metodológicos)
9h30	Contextualização do Projeto TerraMar. <i>Exposição e diálogo</i>
10h20	Diagnóstico por percepção da Região dos Abrolhos <i>Exposição e diálogo</i>
11h00	Intervalo
11h30	Diagnóstico por percepção da Região dos Abrolhos

*Organização do trabalho em grupos temáticos*

12h	Almoço
14h	Diagnóstico por percepção da Região dos Abrolhos <i>Trabalho em grupos – Análise da realidade – Problemas e suas causas</i>
16h	Intervalo
16h20	Diagnóstico por percepção da Região dos Abrolhos <i>Mercado de Ideias – Os grupos conhecem e complementam as análises</i>
18h	Avaliação do dia
18h30	Feira de projetos <i>Exposição de projetos e iniciativas em andamento no território</i>
19h30	Jantar de confraternização

**13 de dezembro de 2016**

<b>Horário</b>	<b>Atividade</b>
<b>8h30</b>	Atividade de início do dia
<b>9h00</b>	Diagnóstico por percepção da Região dos Abrolhos <i>Trabalho em grupos – Identificação dos avanços, iniciativas promissoras e boas práticas que respondem aos problemas identificados</i>
<b>10h00</b>	Intervalo
<b>10h15</b>	Recomendações Gerais para o Planejamento do Projeto TerraMar <i>Trabalho em grupos – Construção de subsídios para o planejamento</i>
<b>12h</b>	Almoço
<b>14h00</b>	Compartilhamento dos resultados
<b>16h20</b>	Intervalo
<b>16h45</b>	Próximos passos <i>Plenária</i>
<b>17h30</b>	Avaliação e Encerramento

## Abertura

José Carlos Tomé, Joca, coordenador do Projeto Tamar, ICMBio deu as boas-vindas aos participantes, ressaltando o momento crítico da região e a importância da discussão sobre o Projeto TerraMar no sentido de apoio à retomada das articulações locais.

Felipe Bastos, do Gerenciamento Costeiro do Instituto de Meio Ambiente do Espírito Santo - GECCO/IEMA destacou o momento delicado e sua expectativa de trabalho em consonância e sinergia entre as diferentes instituições e iniciativas presentes no território.

Betânia Fachino, representando o Projeto GEF-MAR do Ministério do Meio Ambiente relatou que os dois projetos buscam trabalhar conjuntamente numa perspectiva de complementariedade, considerando que o GEF-Mar atua diretamente nas unidades de conservação e o TerraMar pretende uma articulação para além das áreas protegidas buscando sinergias e aplicação integrada de políticas no território costeiro marinho.

Felipe Barbosa, representando o Ministério do Meio Ambiente, agradeceu a presença de todos e a disponibilidade para participação. Enalteceu a importância dos momentos de construção coletiva para o planejamento das políticas públicas e dos projetos governamentais. Lembrou o período de 2012/13, quando o projeto foi concebido e das reflexões sobre a necessidade de articulação das pastas. Deste modo, o projeto foi desenhado como apoio a várias agendas, em especial a governança. Há uma expectativa geral que o projeto atue fortemente na articulação dos diferentes atores e instrumentos de gestão do território costeiro marinho.

## Expectativas dos Participantes – (Lista de participantes em anexo)

- Conhecer o projeto
- Conhecer e contribuir
- *Feedback* com comunidade
- Recursos para gestão das unidades de conservação
- Conhecer as ações voltadas às unidades de conservação
- Concretização do objetivo principal
- Conhecer o TerraMar
- Auxiliar a implantação
- Execução na prática
- Colaboração
- Aprendizado
- Debate Socioambiental
- Interesse público
- Receber informação sobre o projeto

- Conhecer o projeto
- Integrar ações
- Valorização da região
- Refletir e identificar como instrumentos de gestão já existentes podem ser efetivos
- Construção de parcerias
- ... que os acordos desta reunião saiam do papel....
- Aprender

### Contextualização do Projeto TerraMar

*Por Maura Silva*

O Projeto TerraMar - Proteção e Gestão Integrada da Biodiversidade Marinha e Costeira está centrado no Departamento de Zoneamento Territorial da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente, como já mencionado.

Marcia inicia sua apresentação com um convite à reflexão sobre a importância do Projeto por meio de duas questões: Por que um projeto Terra e Mar? Por que a necessidade de integração continente-mar?

As respostas centraram em três aspectos:

1. Atividades humanas influenciam a qualidade do ambiente costeiro e marinho. Por exemplo: expansão urbana, exploração de petróleo, turismo, pesca, instalações portuárias, mineração, monocultura, hidroelétricas.
2. Áreas protegidas isoladas não são suficientes para garantir a conservação da biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais.
3. As políticas públicas setoriais são desenhadas ou só para o mar ou só para o continente, como exemplificado na figura abaixo.



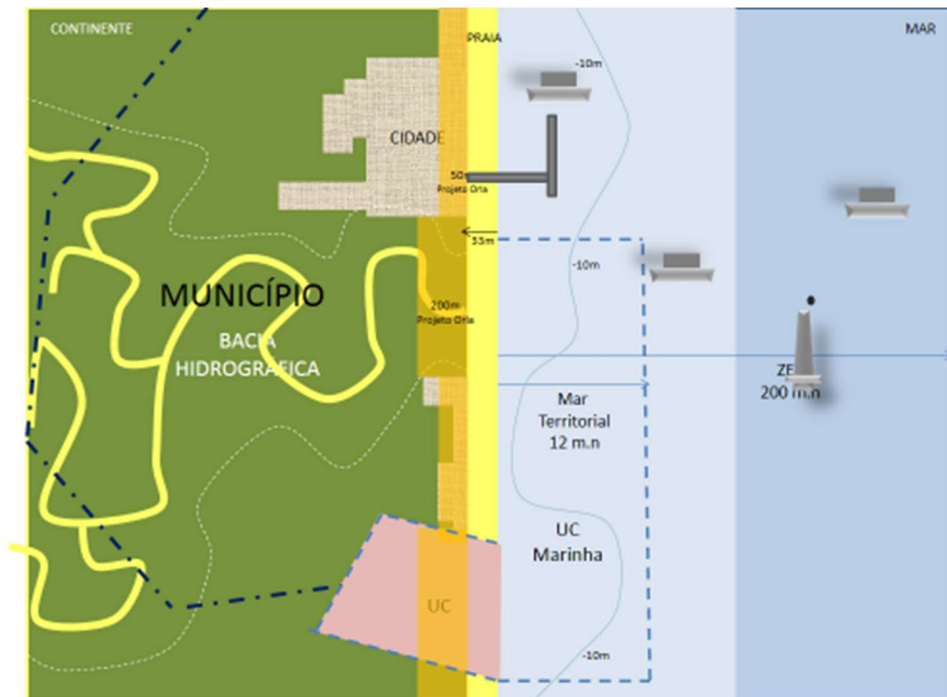


Figura 1 - Exemplo de instrumentos de gerenciamento setorial no território costeiro marinho

### Para que o Projeto TerraMar?

- Compreender como o conjunto de políticas setoriais se relacionam no território;
- Compreender quais os fatores críticos e determinantes que influenciam a gestão ambiental territorial;
- Gerar insumos para qualificar a tomada de decisão, considerando a relação continente-mar;
- Melhorar a camada ambiental no planejamento territorial;
- Fortalecer a perspectiva territorial nas estratégias de conservação e uso sustentável da biodiversidade.

### Objetivo do Projeto

Promover a gestão ambiental territorial integrada e participativa do espaço continental e marinho, contribuindo para a conservação da biodiversidade.



Figura 2 Área de Atuação do Projeto TerraMar

A área de atuação do Projeto está concentrada em duas regiões: região da APA Costa dos Corais, abrangendo os estados de Pernambuco e Alagoas e a região dos Abrolhos, abarcando os estados da Bahia e Espírito Santo. A abordagem de ação do Projeto é estruturada em três áreas: a área selecionada (unidades de conservação como área núcleo já definidas), a região de influência (região do entorno das unidades de conservação, que será proposta ao longo do Projeto) e a região de abrangência (conformada pela área núcleo e a região de influência). Essa abordagem usa a analogia da figura de um ovo, conforme a figura na sequência.



Figura 3 Abordagem do Projeto TerraMar

O Projeto está estruturado em quatro componentes: (i) planejamento ambiental e territorial integrado, (ii) proteção e uso sustentável da biodiversidade, (iii) fortalecimento institucional e (iv) monitoramento da qualidade ambiental na zona costeira e marinha.

Marcia finaliza enfatizando que o Projeto é articulação! Busca criar as condições para que as políticas sejam implementadas com efetividade. É um esforço grande de planejamento para realizar algo articulado entre os governos federal e estaduais e destes com as organizações da sociedade civil.

**Contribuição da Cooperação Técnica Alemã no Projeto TerraMar**  
*Por Doerte Segebart*

Doerte explicou o porquê da contribuição alemã ao Projeto por meio do portfólio da Cooperação Alemã no Brasil, conforme figura abaixo, destacando na sequencia o papel da Cooperação Técnica no contexto do TerraMar.

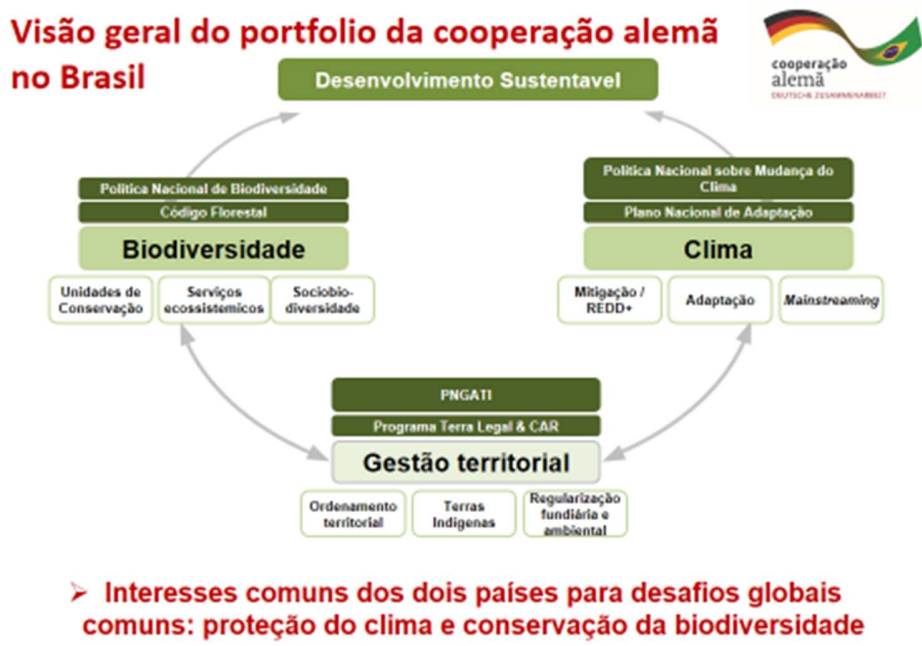


Figura 4 Portfólio da Cooperação Alemã no Brasil



Figura 5 Atuação da cooperação Alemã no Projeto TerraMar

Neste contexto, o Projeto tem duração de cinco anos (2016 – 2021), a contribuição Alemã se dá por meio do Ministério do Meio Ambiente da Alemanha (BMUB) no valor de 6 milhões de Euros (aproximadamente 21 milhões de Reais). A contribuição do governo brasileiro é realizada pelo Ministério do Meio Ambiente no valor de 5 milhões de Euros (aproximadamente 17 milhões de Reais).

Os custos do Projeto cobertos pela GIZ dizem respeito à (i) pessoal: assessores técnicos (internacional/ nacional) de longo prazo e consultorias a curto prazo (nacional/ internacional); (ii) despesas para capacitações / workshops; (iii) bens e publicações (pequenos equipamentos, materiais de consumo, sistematizações, publicações).

A decisão sobre as prioridades serão pactuadas nas oficinas de planejamento.

## Debate

Bloco de três perguntas:

Felipe, IEMA. O que queremos com o projeto? Qual o produto teremos, o que vai ser gerado?

Marcel, ICMBio. Considerando a experiência do Projeto Corredores Ecológicos que tinha uma dificuldade grande de desembolso de recursos. Como ocorrerá no Projeto TerraMar?

Joca, ICMBio/Projeto Tamar. Tendo em vista as duas áreas de atuação do Projeto e a maior dimensão do território dos Abrolhos comparado à APA Costa dos Corais, o Projeto terá um tratamento diferenciado?

Há também na oficina uma sub-representação dos municípios e comunidades. Há previsão de maior envolvimento destes setores?

**Respostas:**

Dörte:

O projeto TerraMar conta apenas com recursos de cooperação técnica, são montantes bem menores e por isso sua execução é direta e mais ágil.

Maura:

Os municípios foram convidados, mas tivemos baixa resposta. Espera-se que as prefeituras possam se integrar num próximo momento, especialmente, considerando os novos mandatos municipais.

Marcia:

É importante ressaltar que diferente do Projeto Corredores Ecológicos o Projeto TerraMar pretende fortalecer o SISNAMA. A ideia é mobilizar as prefeituras pois são uma parte importante para o Projeto. Lembramos que a etapa atual é de diagnóstico, entender a realidade e suas necessidades.

O Projeto tem a proposta de atuar como ponte entre a percepção local e as equipes técnicas do MMA para melhorar a implementação das políticas públicas, em especial as políticas ambientais, que são a responsabilidade do ministério.

O projeto vai trabalhar na pactuação das diferentes esferas de governo e destas com a sociedade. Neste sentido, será necessário após esta etapa de oficinas, pactuar com as equipes técnicas do MMA para buscar clareza quanto às políticas públicas poderão ser implementadas no território. O

Projeto TerraMar terá uma atuação dirigida à articulação com informação e pactuação envolvendo governos federal, estadual e municipais, no sentido de fortalecer o SISNAMA.

Dörte:

Sobre os produtos do Projeto, a ideia não é criar algo paralelo mas apoiar o que está acontecendo nos territórios. O Projeto terá um plano de ação construído de forma pactuada, e os objetivos a serem alcançados serão negociados em planejamentos anuais.

Vários setores precisam ser engajados por meio de diálogos bilaterais.

Perguntas:

Luciana: O governo do Espírito Santo está com o Projeto Florestar, que pretende recuperar 80ha até 2018. Existe uma cooperação com esse projeto?

Marcia:

“Sim, a expectativa é mapear o que está acontecendo e trabalhar em ações complementares. Articulando e convergindo as políticas públicas no sentido de torná-las efetivas. Como Luciana já mencionou é preciso colocar em prática. Esse é o desafio: implementar!”

### Diagnóstico por percepção da Região dos Abrolhos<sup>1</sup>

*Por Marcia Lima de Oliveira*

O objetivo do diagnóstico por percepção foi traçar um panorama geral das principais ameaças e problemas da região dos Abrolhos, que considere a estratégia da relação TERRA e MAR nas políticas públicas na região.

Marcia lembra que já existia na região uma crise hídrica, com comprometimento da qualidade do recurso hídrico. O evento recente foi um desastre em cima do desastre. A perspectiva do Projeto TerraMar é fazer uma discussão ampla sobre a gestão territorial.

A metodologia baseou-se na coleta de informações em oficinas, reuniões e entrevistas, além de documentos técnicos do ZEE da Bacia do Doce e do Gerenciamento Costeiro. Infelizmente, o Zoneamento do Estado ainda não está disponível.

---

<sup>1</sup> Apresentação em anexo.

Marcia apresentou diversos mapas com informações sobre aspectos naturais e socioeconômicos sobre a região dos Abrolhos.

### Debate

Joca, Projeto Tamar/ICMBio. Aponta que há falta dos aspectos da pesca artesanal e industrial e foram mencionados apenas água, vegetação e uso do solo e os problemas da biota não foram registrados.

Marcia. A ideia é aprofundar e detalhar as informações nos grupos de trabalho.

Zamgalha, Projeto Tamar/ICMBio. Outro aspecto importante é inserir outras bacias hidrográficas além da bacia do Rio Doce.

Marcia lembra que a área da “clara do ovo” será definida no decorrer do projeto. Nesta oficina vamos trabalhar a partir de eixos temáticos.

Joca assinala que é importante definir o limite territorial e faz uma sugestão: planície costeira do Rio Doce que oferece um limite claro para atuação.

Marcia reforça o pedido de paciência tendo em vista o momento de diagnóstico para desenhar o projeto e que a proposta será considerada nas discussões sobre a área de atuação do Projeto.

### Trabalho de Grupo

O trabalho de Grupo foi organizado em quatro temáticas e contou com apoio para moderação e relatoria da equipe do Projeto TerraMar, conforme o quadro abaixo. Foi solicitado que cada grupo realizasse uma análise da realidade identificando PROBLEMAS E CAUSAS em cada temática.

<b>Conservação e uso sustentável da biodiversidade</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• MODERAÇÃO: Maura</li> <li>• RELATORIA:</li> </ul>
<b>Conectividade: água e cobertura vegetal</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• MODERAÇÃO: Márcia</li> <li>• RELATORIA:</li> </ul>
<b>Socioeconomia local e regional</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• MODERAÇÃO: Teresa</li> <li>• RELATORIA:</li> </ul>
<b>Relações institucionais e governança ambiental</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• MODERAÇÃO: Dörte</li> <li>• RELATORIA:</li> </ul>

Dicas para a formulação de problemas foram repassadas para orientar o trabalho.

- ✓ Formular como uma condição negativa;
- ✓ Descrevê-lo da forma mais próxima de como ele ocorre na realidade;
- ✓ Não descrever induzindo a uma solução.
- ✓ Exemplo:
  - Falta gasolina
  - Problema real: os técnicos não chegam às comunidades.

Os grupos trabalharam por duas horas na construção do diagnóstico e compartilharam seus resultados em um mercado de ideias composto de 4 rodadas de 30' cada. Cada grupo definiu um relator para apresentar os resultados aos grupos visitantes, que podiam fazer complementações e sugestões, registrando suas contribuições em tarjetas. Na última rodada os grupos originais avaliavam e incorporavam as sugestões.

Ao final dos dois dias um quadro com problemas, causas, avanços e potenciais soluções foi construído pelos participantes para cada temática. O quadro abaixo foi usado como exemplo para orientar as discussões nos grupos. Os resultados dos avanços e soluções propostas foram compartilhados em plenária no segundo dia.



<b>Problemas</b>	<b>Causas</b>	<b>Avanços</b>	<b>Soluções</b>
<i>Quais problemas em relação ao espaço continental e marinho da região dos Abrolhos?</i>	<i>Quais são as principais causas deste problema?</i>	<i>Quais os avanços no sentido resolver ou solucionar o problema identificado nos espaços continental e marinho da região dos Abrolhos?</i>	<i>Possíveis colaborações do TerraMar aos Problemas elencados</i>
<i>Destruição de vegetação de restinga</i>	<i>Queimadas/ supressão Ocupação irregular/ Especulação imobiliária Circulação de veículos na praia Controle (proteção/fiscalização) insuficiente</i>	<i>Existência dos COMDEMAS; Maior envolvimento das secretarias de meio ambiente de alguns municípios;</i>	

Na sequência são apresentados os resultados das discussões em grupo dos dois dias de trabalho.



*Figura 1 Grupos de Trabalho*

## 1. Conservação e uso sustentável da biodiversidade

<b>Problemas</b>	<b>Causa</b>	<b>Avanços</b>	<b>Soluções</b>	<b>Observações</b>
<i>Quais problemas em relação ao espaço continental e marinho da região?</i>	<i>Quais são as principais causas deste problema?</i>	<i>Quais os avanços no sentido resolver ou solucionar o problema identificado nos espaços continental e marinho da região?</i>	<i>Possíveis colaborações do TerraMar aos Problemas elencados</i>	
Comprometimento qualitativo e quantitativos dos recursos hídricos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Barragem, irrigação, canais, desvios e drenagem (ex: pród-várzea).</li> <li>• Esgoto industrial, doméstico e agrícola.</li> <li>• Desmatamento da cobertura vegetal nativa.</li> <li>• Uso não racional da água.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comitês de Planos de Bacias</li> <li>• Programa Reflorestar – SEAMA</li> <li>• Projeto Terra: recuperação de nascentes – Instituto Terra</li> <li>• Programa de recuperação 5.000 nascentes e cobertura vegetal na calha Doce - Fundação Renova</li> <li>• Programa de recuperação de nascentes e cobertura vegetal de bacia do Cupido (Sooretama/Jaguaré) – Coca-cola/Reflorestar/Ibio/CBH-BSFRD</li> <li>• Projeto reflorestamento da aldeia indígena Piraquiaçu</li> <li>• Projetos e ações do CBH-BSFRD (comitê da bacia hidrográfica da barra seca e foz do rio doce)</li> <li>• Programa de saneamento da calha do rio doce – Fundação Renova</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Potencializar e articular as ações existentes de reflorestamento e recuperação</li> <li>• Fortalecimento de comitês de bacias e conselhos de UC</li> </ul>	<p>Outras causas citadas: Assoreamento. Canal de desvios de resíduos da Fibria.</p>
Aumento do aporte de sedimentos nos oceanos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assoreamento, causado pela erosão, acelerada pelo processo de desflorestamento da margem dos rios e uso inadequado do solo.</li> <li>• Dragagem.</li> </ul>			Desastre de Mariana foi entendido como pontual, intensificando as causas e o problema.

<b>Problemas</b>	<b>Causa</b>	<b>Avanços</b>	<b>Soluções</b>	<b>Observações</b>
		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Existência de órgão de fiscalização de Recursos Hídricos (AGERH/IDAF)</li> <li>• Decretos de utilização racional dos recursos hídricos</li> </ul>		
Branqueamento de coral	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acidificação do oceano e aquecimento global</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mapeamento recifes esquecidos (norte ES) – voz da natureza e coral vivo</li> <li>• Projetos e ações do instituto coral vivo, parque marinho de abrolhos (rede) e outras instituições</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Que os estudos da Petrobras sejam disponibilizados</li> <li>• Mapeamento de habitats marinhos, a exemplo do projeto de mapeamento de fundos marinhos para gestão das UC (plano de manejo e gestão pesqueira)</li> </ul>	<p>Não há muitos estudos sobre o tema na região. O monitoramento é feito por meio da verificação do branqueamento de corais. Como o banco mais próximo é em abrolhos, o monitoramento é feito por lá. Foi cogitado retirar, por não haver dado específico para a região. Entretanto, o branqueamento observado indica algum problema. Foi sugerido colocar o problema como “branqueamento de coral”. E a acidificação como uma das causas desse problema.</p>
Alteração da qualidade ambiental do rio doce e do mar pelo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gestão ambiental da mineração inadequada</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pesquisa e monitoramento – ICMBio/IEMA/universidades por meio de recursos do</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•</li> </ul>	

<b>Problemas</b>	<b>Causa</b>	<b>Avanços</b>	<b>Soluções</b>	<b>Observações</b>
desastre de Mariana.		TTAC (nem todos em execução) • Ações de pesquisa e da bacia do rio doce e mar – GIAIA e outros		
Caça e desmatamento ilegal (principalmente TIs, UCs, terras quilombolas e de outras comunidades tradicionais)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Redução da cobertura florestal em área de restinga e cabruca (produção de cacau sombreado em florestas).</li> <li>• Falta de manejo adequado da biodiversidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ações de fiscalização das UCs</li> <li>•</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ações conjuntas de fiscalização e monitoramento (IBAMA/Polícia Ambiental/FUNAI/IEMA)</li> </ul>	<p>Outras causas discutidas: Fiscalização insuficiente (sem recursos suficientes para sua realização). Pressão imobiliária (loteamento), industrial (inclusive eucalipto) e portuária. Devido à devastação das plantações de cacau pela praga vassoura de bruxa, muita área que era de cacau foi desmatada. Além disso, por causa da praga, foi desenvolvida uma espécie de cacau que precisa de muita luz e produz em menos tempo, de forma que é necessário retirar a floresta para seu plantio. O IBAMA participa das pesquisas e monitoramento por</p>

<b>Problemas</b>	<b>Causa</b>	<b>Avanços</b>	<b>Soluções</b>	<b>Observações</b>
				meio dos comitês criados para tal.
Mortandade de organismos marinhos por redes de pesca. Captura de fauna acompanhante ( <i>by catch</i> )	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pesca do camarão: arrasto/arrastão.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ações pontuais de fiscalização (Polícia ambiental/IBAMA/ICMBio etc) não atendem a resolução do problema</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ordenamento pesqueiro</li> </ul>	A pesca de arrasto/arrastão, utilizada para a pesca do camarão, acaba capturando muitas outras espécies junto com o camarão, que serão descartados depois.
Pesca de grande/médio porte x pesca artesanal tradicional	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Territórios pesqueiros não implementados.</li> <li>• Aumento da pressão sobre a pesca devido à migração de pescadores de outras regiões devido à redução do estoque pesqueiro em suas regiões de origem.</li> <li>• Ordenamento pesqueiro deficiente.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mapeamento dos territórios de pesca artesanal – RECPAC/Voz da Natureza</li> <li>• UC na foz do rio doce em discussão para criação</li> <li>• Proposta de ampliação da proteção em abrolhos em processo de discussão para criação</li> <li>• Discussão sobre os territórios de pesca – CONFREM</li> <li>• Políticas de ordenamento da pesca</li> <li>• Diagnóstico socioeconômico e ambiental na APA Costa das Algas e RVS de Santa Cruz</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mapeamento de habitats marinhos, a ex do projeto de mapeamento de fundos marinhos para gestão das UC (plano de manejo e gestão pesqueira)</li> <li>• Continuidade ampliação das ações do GATI nas comunidades pesqueiras indígenas e tradicionais</li> </ul>	

<b>Problemas</b>	<b>Causa</b>	<b>Avanços</b>	<b>Soluções</b>	<b>Observações</b>
Ausência de apropriação social das UCs (uso público)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pouco incentivo ao turismo nas UCs que permitem esse tipo de uso</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conselhos consultivos existentes</li> <li>• Discussões sobre a adequação das categorias das UC (recategorização das existentes e adequação das que serão criadas)</li> <li>• Projetos de educação ambiental e sustentabilidade existentes – UCs, TAMAR, escolas e órgãos de fiscalização</li> <li>• Observação de baleias, tartarugas e outras espécies – voz da natureza e outros</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estruturar e incentivar o turismo nas UC que permitem esse tipo de uso.</li> <li>• Fortalecer os conselhos consultivos</li> <li>• Implementação dos projetos de educação ambiental</li> <li>• Integração de expedições científicas com turismo e educação ambiental</li> </ul>	<p>A relação com a sociedade depende do perfil do gestor. Na maior parte das UCs a relação com a comunidade é muito reduzida. Foi lembrado que em algumas UCs, o objetivo da UC não atrai tanto o envolvimento comunitário (Rebio). Outras causas citadas:</p> <p>Limitações da categoria da UC ao uso público. Falta de recurso da UC para direcionar a essas ações.</p>
Perda da biodiversidade. .	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolvimento da carcinicultura e aquicultura.</li> <li>• Falta de um planejamento ecossistêmico.</li> <li>• Extração irregular de rodolitos e organismos calcários</li> <li>• <i>Lobby</i> da indústria pesqueira para não implementação da IN 445/15 (definição de espécies de peixes ameaçadas de extinção e proibidas de pesca).</li> <li>• Extensas monoculturas e pecuária (ex: eucalipto, cana, café, pasto).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Existência e implementação de UC</li> <li>• Mosaicos da foz do rio doce</li> <li>• UC de Santa Cruz</li> <li>• Corredores ecológicos</li> <li>• Mapeamento recifes esquecidos (norte ES) – voz da natureza e coral vivo</li> <li>• Decreto federal e estadual que consideram essa área de relevante interesse para a conservação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fazer levantamento e revisão de instrumentos e políticas de gestão existentes</li> <li>• Mapeamento de habitat marinhos, a exemplo do projeto de mapeamento de fundos marinhos para gestão das UC (plano de manejo e gestão pesqueira)</li> <li>• Monitoramento das espécies marinhas</li> </ul>	<p>Foi levantada a importância de existir um zoneamento, indicando o que deveria ser permitido ou não em cada área. Mas a falta de um planejamento ecossistêmico foi considerada uma causa para a perda da biodiversidade. Foi discutido o antagonismo entre os termos “fauna” e</p>

<b>Problemas</b>	<b>Causa</b>	<b>Avanços</b>	<b>Soluções</b>	<b>Observações</b>
		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Projetos agroflorestais nas terras indígenas – compensação/PBA/FUNAI</li> </ul>	(principalmente as ameaçadas)	“recurso”. Quando uma espécie é tratada com um ou outro.
Invasão de espécies exóticas (ex: coral sol, caramujo africano)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atividade portuária.</li> <li>• Aumento das rotas marítimas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pesquisas sobre cultivo aquícolas de espécies nativas (alternativa às exóticas)</li> <li>• Mapeamento recifes esquecidos (norte ES) – voz da natureza e coral vivo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Levantamento sistemático das espécies invasoras</li> <li>• Fiscalização efetiva da água de lastro</li> <li>• Planejamento espacial marítimo (rotas, tráfego, transporte)</li> </ul>	
Lançamento de efluentes agrícola, industrial e doméstico no rio.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Política pública desenvolvimentista, sem preocupação com os rejeitos.</li> <li>• Expansão industrial.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Programa de saneamento da calha do rio doce – Fundação Renova</li> <li>• Política estadual de saneamento básico (agência reguladora estadual)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•</li> </ul>	
Recursos limitados para UCs	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sucateamento proposital dos órgãos ambientais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Recursos da Compensação Ambiental</li> <li>• Editais SOS Mata Atlântica/ FNMA//FAPES/Fundação Boticário</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Integração das políticas públicas, projetos e ações</li> <li>• Fomentar a projetos e ações sustentabilidade (econômica, social e ambiental)</li> </ul>	Atualmente as UCs federais só conseguem atuar se houver alguma fonte de recurso externa ao governo. No caso de Sooretama, recursos a Vale. Ressaltado que não é um problema de momento, mas um problema crônico. Foi comentado que com a PEC 241 (antiga PEC 55), que limita os gastos do governo, essa

<b>Problemas</b>	<b>Causa</b>	<b>Avanços</b>	<b>Soluções</b>	<b>Observações</b>
				situação tende a piorar.
Pouca institucionalização da cooperação entre as UCs	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fragilização das instituições: Recursos limitados que não permitem ações além do funcionamento básico da UC.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Instituições locais participando nos conselhos das UC</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Investir na institucionalização do relacionamento entre UCs</li> <li>• Fortalecimento de estrutura e aparelhamento da UC</li> </ul>	Na região existe grande comunicação entre as UCs. Embora tenha sido ressaltado que essa situação se criou devido a relações pessoais, não institucionais. É necessário institucionalizar essas relações.
Redução do estoque pesqueiro.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atividades petrolíferas (Cada plataforma gera uma área de exclusão de pesca num raio de 500 metros. Abalos sísmicos gerados pela atividade também afeta a fauna).</li> <li>• Poucas áreas de proteção (onde a pesca não é permitida, ajudando a repor o estoque).</li> <li>• Poucas ações que garantam a proteção e implementação efetiva das áreas protegidas existentes (fiscalização, educação ambiental).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Projeto de lei para regionalizar a pesca (delimitação de territórios pesqueiros para cada comunidade/conjunto de comunidades).</li> <li>• Políticas e ações existentes de ordenamento da pesca</li> <li>• Ações conjuntas de fiscalização e monitoramento (IBAMA/Polícia Ambiental/FUNAI/IEMA)</li> <li>• Mapeamento dos territórios de pesca tradicional – RECEPAC/Voz da Natureza</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Delimitação de território pesqueiro com ordenamento/política regionalizado.</li> <li>• Criação de UCs com objetivo específico de produção de estoques pesqueiros</li> </ul>	Outras causas discutidas: Sobrepesca. Subsídio do governo federal para arrendamento de navios pesqueiros para incentivo à atividade pesqueira. Pesca desordenada e de grande porte.
PEC 55 (antiga PEC 241) que estabelece teto anual para o gasto	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Política de desenvolvimento a qualquer custo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mobilização da sociedade civil</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•</li> </ul>	



<b>Problemas</b>	<b>Causa</b>	<b>Avanços</b>	<b>Soluções</b>	<b>Observações</b>
público (PEC do fim do mundo)				
Descarte indevido de resíduos sólidos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implementação insuficiente da política nacional de resíduos sólidos.</li> <li>• Políticas educativas na área ambiental deficiente.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Programa de saneamento da calha do rio doce – Fundação Renova</li> <li>• Política estadual de saneamento básico (agência reguladora estadual)</li> <li>• PNRS</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•</li> </ul>	
Estatística sem serie temporal nem metodologia padronizada.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pesquisas com estatísticas pontuais sem método padronizado.</li> <li>• Pouca sistematização e disponibilização de banco de dados (para permitir o planejamento da gestão).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• SISBio</li> <li>• Portal da Biodiversidade</li> <li>• Artigos online</li> <li>• Pesquisas isoladas e pontuais atreladas às condicionantes de licenciamento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Disponibilização de dados brutos das pesquisas para gestão das UC</li> <li>• Sistematização e padronização de metodologias de pesquisa</li> </ul>	

**Sugestões de recomendações gerais, identificadas pelo grupo:**

- Utilizar estudos existentes para integração dos planejamentos locais
- Articulação de seminário para a discussão do Vale do Suruaca (planície costeira norte do ES)
- Capacitação de lideranças (educação ambiental) com ações de intercâmbios

## 2. Socioeconomia Local e Regional

<b>Problemas</b>	<b>Causa</b>	<b>Avanços</b>	<b>Soluções</b>
<i>Quais problemas em relação ao espaço continental e marinho da região?</i>	<i>Quais são as principais causas deste problema?</i>	<i>Quais os avanços no sentido resolver ou solucionar o problema identificado nos espaços continental e marinho da região?</i>	<i>Possíveis colaborações do TerraMar aos Problemas elencados</i>
Exploração de Rodolitos	Interesse mineral	Existência de estudos de impactos ambientais	
Empreendimentos na área costeira marinha, como condomínios, pousadas, chácaras, parques aquáticos	Falta de planejamento territorial Possível permissão dos órgãos licenciadores	Planos diretores (ambientais)	Criação do plano de gestão ambiental para região da Foz do Rio Doce levando em consideração as especificidades locais
Perda da qualidade ambiental			
Perda da identidade cultural		No caso de Regência há calendário de festividade que atraem divisas para a região	Políticas públicas que melhorem o reconhecimento dessas manifestações Que as culturas locais sejam consideradas com mesmo peso que os outros temas na avaliação de impacto ambiental (manifestação cultural)
Mudanças climáticas			
Pesca predatória	Entrada de grandes embarcações	Há interesse dos pescadores em receber momentos de conscientização sobre a pesca	Que os instrumentos normativos considerem as especificidades locais (pesca)
	Clandestinidade de embarcações		

<b>Problemas</b>	<b>Causa</b>	<b>Avanços</b>	<b>Soluções</b>
	Falta de fiscalizações no rio e no mar		
	Petrecho e técnicas ilegais		
	Desrespeito com o defeso		
	Ordenamento pesqueiro ineficiente		
	Falta de instrumentos de planejamento e monitoramento		
	Organização deficiente do setor pesqueiro		
Turismo desordenado	Políticas de planejamento turístico inadequadas	Inventários turísticos da região em construção participativa	Incentivo ao turismo de base comunitária
	Necessidade de estudos das potencialidades das bioregionalidades		Reconhecimento do patrimônio histórico do farol
	Educação ambiental dos turistas insuficiente		
Má qualidade de estradas, ausência de asfalto	Desinteresses políticos	Existência de coletivos de gestão pública	Revisão da estrutura da composição do COMDEMAS (Bipartite)
	Falta de participação política da sociedade		
	Falta poder social		
Diminuição das áreas pesqueiras Pesquisas sísmicas Vazamento de petróleo Perda de biodiversidade	Exploração de petróleo e gas <i>off-Shore/on-Shore</i>	Existência de capacidade institucional nas universidades de conhecimento sobre	Incentivo a criação de grupos pesquisas que tenham como objeto os impactos das atividades petrolífera na conectividade entre o ambiente terrestre e marinho.

<b>Problemas</b>	<b>Causa</b>	<b>Avanços</b>	<b>Soluções</b>
		impacto causados pelas atividades	
Parques aquícolas	Falta de planejamento, adequação técnica e legislação		
Pesca impedida pela falta de navegabilidade			
Assoreamento dos rios Doce e Preto	Desmatamento e má gestão dos recursos hídricos	Ações de compensação estão sendo desenvolvidas por meio de projetos da fundação renova, entretanto, não são considerados avanços.	
Baixa qualidade da água			
O rio Preto está sendo estrangulado por vegetação (aninga)		Projeto de limpeza do rio preto (Exemplificar pescadores)	
Desaparecimento das lagoas (Nova (em processo) e Cacimbas)		Mapeamento das lagoas	Que os comitês considerem a conectividade existente entre o ambiente terrestre e marinho nas gestões de seus recursos
		Comitês da bacia	TerraMar: Promover a inserção da conectividade em momentos de capacitação para os conselhos de recursos hídricos.
			Que os comitês considerem a conectividade existente entre o ambiente terrestre e marinho nas gestões de seus recursos hídricos

<b>Problemas</b>	<b>Causa</b>	<b>Avanços</b>	<b>Soluções</b>
		Educação ambiental nas escolas e comunidades (Ex. EEEFM – Regência)	
Diminuição do fluxo turístico de forma geral	Desastre ambiental da Samarco	Criação de uma APA prevista no TTAC	O TerraMar usar o caso Samarco como emblemático para fortalecer o entendimento sobre a importância da conectividade
Proibição da pesca artesanal atingindo 114 famílias em Regência		Oficina de reparação de embarcações	
Prejuízo para toda a cadeia produtiva da pesca		Termo de transação e conduta (TTAC)	
Prejuízo para o turismo, cultura e lazer			
Quebra da economia de subsistência: produção agrícola e criação de animais (entre rios)			
Degradação social (prostituição, drogas, desemprego)	Portos e terminais portuários	Potencializar as ações da defensoria pública com comunidades impactadas	Convidar a Defensoria Pública para participar das oficinas de planejamento

### 3. Relações institucionais e governança ambiental

<b>Causa</b>	<b>Problemas</b>	<b>Avanços</b>	<b>Soluções</b>
<i>Quais são as principais <b>causas</b> deste problema?</i>	<i>Quais problemas <b>em relação ao</b> espaço continental e marinho da região?</i>	<i>Quais os avanços <b>no sentido resolver ou solucionar o problema identificado nos espaços</b> continental e marinho da região?</i>	<i>Possíveis colaborações do TerraMar aos Problemas elencados</i>
Pouca <b>articulação</b> entre órgãos públicos Ausência de uma gestão integrada	Concorrência entre os órgãos, p.ex. por recursos	Operações conjuntas P.ex. Marinha e IBAMA ICMBio e PF	- articular a ampliação do sistema de áreas marinhas protegidas no território e fortalecer áreas existentes
Pouca articulação entre gestores municipais		Reunião CBH de Barra Seca – Foz do Rio Doce com prefeitos eleitos – 17.11.2016 (integr. Prefeituras)	
<b>Municípios</b> recebem muitas competências na área ambiental, mas poucos recursos financeiros e humanas para execução	Gestão de órgãos em muitos casos por nomeados políticos, não critérios técnicos	- Projeto Orla em andamento em 3 municípios em ES	- apoiar projetos municipais de gestão da costa (planos municipais da Mata Atlântica, gerenciamento costeiro e comitês de bacias)
Órgão ambientais têm cada vez menos capacidade de realizar suas funções			
Falta <b>recursos</b> aos executores diretos (ICMBio, IEMA, IBAMA, ...)	Muitas multas ambientais não pagas		- Estruturar mecanismo de aplicação de compensação ambiental – UCs (jurídico e administrativo) - agenda de editais (publicar acesso a recursos financeiros)

Causa	Problemas	Avanços	Soluções
Articulação incipiente com a <b>academia</b>		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Articulação entre órgãos ambientais ES e universidades para programas de monitoramento mar e Rio Doce</li> <li>- realização de acordos de cooperação técnica, ex. IEMA e universidades (2012, edital em parceria com FAPES) financiamento FUNDEMA)</li> <li>- Acordo ICMBio / UFES para apoio pesquisa e gestão de UCs (Início APA/RVS (em trâmite...))</li> <li>- RECEPAC – Fundo para pesquisas custeado para estaleiro EJA, com o condicionante do IEMA, coord. IFES, EJA, SEAMA)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Incentivar o desenvolvimento de pesquisa científicas voltadas para o desenvolvimento de políticas públicas</li> <li>-Fortalecer o diálogo de demandas entre gestores, pesquisadores, ONGs (preferencialmente ONGs locais e regionais) e movimentos sociais</li> </ul> <hr/> <ul style="list-style-type: none"> <li>- valorizar e fortalecer a geração e uso de <b>conhecimento tradicional/indígena/quilombola</b> (respeitando direitos intelectuais)</li> <li>- elaborar editais de apoio à pesquisa ambiental /social no território</li> <li>- organizar e apresentar dados científicos e técnicos como subsídio para ações de manejo (Banco de dados)</li> </ul>
Poucas <b>informações</b> sistematizadas sobre impactos ecológicos, sociais e económicos em relação aos empreendimentos e projetos		Acesso a dados INDE (técnico) e INDA (administrativo)	Criar/fomentar banco de dados de conhecimentos (ecológicos) locais
Dificuldade de implementação de políticas públicas voltadas à <b>sustentabilidade</b>	Questão ambiental não é prioridade - Expectativas de retorno económicos dos grandes empreendimentos (portos, fás, petróleo, ...)	Produção de subsídio para o diálogo e gestão (ex. Rede Abrolhos: valoração ambiental)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Necessidade de um diálogo eficaz e produtivo entre setor empresarial/produtivo e ambiental</li> <li>- elaborar estratégia de “marketing” dos assuntos ambientais</li> </ul>

<b>Causa</b>	<b>Problemas</b>	<b>Avanços</b>	<b>Soluções</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Diálogo ineficaz entre setor produtivo, empresarial, e setor ambiental</li> <li>- Leis ambientais existentes não são respeitadas</li> <li>- entendimento ecológico incipiente entre vários atores</li> <li>- entendimento incipiente sobre o que é conservação e desenvolvimento sustentável</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>- promoção de agendas conjuntas entre órgãos e esferas</li> <li>- tema que possa facilitar o diálogo: valoração ambiental</li> </ul>
Aprovação de leis que favorecem o empresariado, poluidor	<ul style="list-style-type: none"> <li>Subserviência das leis, pp, e programas aos interesses privados</li> <li>- lobby</li> </ul>		
Flexibilização do licenciamento			Organizar, analisar e disponibilizar informações do licenciamento (EIAs e Relatórios de monitoramento)
Descontinuidade em políticas públicas, incluindo processos de qualificação		-	- apoiar processos de formulação de acordos com poder público em prol de processos de “desenvolvimento sustentável, participativo, social” contínuo
Indefinição de territórios tradicionais		Demarcação parcial dos territórios tradicionais (pressão popular)	
<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Participação da sociedade</b> pouca qualificada</li> <li>- Crise de representação da pesca ambiental</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Pouco entendimento sobre possibilidades da participação social – deveres e direitos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Programa Pró-Comitês – ANA p/ apoio gestão comitês de bacias</li> <li>- lei de acesso a informação (Lei no. 12,527/2011)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- inserir representatividades que estão ausentes, espec. indígenas e pescadores</li> <li>- auxiliar na qualificação da participação da sociedade civil e</li> </ul>



<b>Causa</b>	<b>Problemas</b>	<b>Avanços</b>	<b>Soluções</b>
- representantes de colônia de pesca pouco atuante ou influenciados pra interesses econômicos			ONGs (ex. iniciativa IESB – 2003/2007) - sistematizar e catalogar instituições /iniciativas/estratégias de acesso (criar um documento/formato didático) - identificar, comunicar, abrir, articular espaços mais qualificados de participação social (de cima para baixo)
Impunidade de crimes ambientais	Fiscalização insuficiente		
Entraves administrativos que dificultam a execução fiscal			
Inadequação da <b>legislação</b> pesqueira para realidade regional		- Existência da COMPESCA (ES) - Fórum dos Manguezais (ES) para a definição do defeso de caranguejo	Considerar territórios de pesca

#### 4. Água, Cobertura Vegetal e Fauna

Causas	Problemas	Iniciativas
<p><b>1.</b> Alteração artificial de cursos de rio</p> <p><b>1.1.</b> Drenagem de áreas alagadas na região</p> <p><b>2.</b> Represamentos e uso de recursos hídricos</p> <p><b>2.1.</b> Fragilidade legal (decreto estadual sobre tamanho dos represamentos)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Déficit Hídrico;</li> <li>- Degradação do solo</li> <li>- Cunhas salinas adentrando rios alterando ambiente;</li> <li>- Drástica redução da vazão dos rios;</li> <li>- Bocas de barras fechadas;</li> <li>- Perda e comprometimento da biodiversidade;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Comitê de Bacia Barra Seca e Foz do Rio Doce.</li> <li>- Proposta de criação de Unidade de Conservação na Foz do Rio Doce.</li> <li>- Programa REFLORESTAR–Apoio técnico financeiro para ações de reflorestamento.</li> <li>- Instituto Terra (Sebastião Salgado) – Ações para reflorestamento.</li> <li>- Proposta do Santuário das Baleias.</li> <li>- Proposta da Reserva da Biosfera da cadeia Vitória-Trindade.</li> <li>- Monitoramento do Rio Doce – Universidades e outras instituições.</li> <li>- Fundação Renova</li> <li>- Ampliação e criação das Unidades de Conservação na região dos Abrolhos</li> <li>- Editais de apoio a pesquisa e execução de projetos (FAPES, FUNDAGUA e FUNDEMA)</li> <li>- Existência de mosaico (federal) e corredores ecológicos (SOCONGO e Marinho de Rio Doce)</li> </ul>
<p><b>3.</b> Sistemas agrícolas inadequados (monocultura, pecuária, dentre outros)</p> <p><b>4.</b> Ocupação desordenada (moradia e segunda residência) – Construção de condomínios e balneários</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Lançamento de agrotóxicos (existe legislação impeditiva?);</li> <li>- Existência de pontos de captação e irrigação irregulares;</li> <li>- Microbacias com baixa cobertura vegetal;</li> <li>- Desmatamento e aterramento de restingas e mangue (Queimadas como técnica de desmatamento);</li> <li>- Degradação do solo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sistema de gestão estadual de recursos hídricos operando (existe emissão de outorga)</li> <li>- Programa REFLORESTAR –Incentivo ao Sistema Agroflorestal e ao Sistema Silvopastoril do estado</li> <li>- Iniciativa do ZEE/ES (Como pode ajudar?)</li> <li>- Programa REFLORESTAR – Editais específicos em áreas prioritárias para a conservação no estado (ano 2017).</li> </ul>

		- INCAPER (Instituto estadual de extensão rural) – Apoio técnico - Cadastro Ambiental Rural (CAR)
5. Gestão inadequada de resíduos; 5.1. Desastre de Mariana 6. Falta de saneamento básico;	- Contaminação e poluição da água - Desarticulação social nas comunidades afetadas - Comprometimento das fontes de renda (cadeia produtiva de pesca, agricultura e turismo) - Desarticulação social nas comunidades afetadas - Comprometimento das fontes de renda (cadeia produtiva da pesca, agricultura e turismo) - Lançamento de efluentes - Comprometimento da saúde pública; - Exclusão de zonas pesqueiras na Foz do Rio Doce;	- Projeto de Saneamento básico de povoação aprovado - Projetos e acordos apoiados pelo comitê inter-federativo – Desastre de Mariana
7. Portos (instalados e especulados)	- Alteração da dinâmica costeira (dragagem) - Ameaça aos remanescentes de restinga - Iluminação artificial com impactos para tartaruga	- ZEE Costeiro (Poderia ser uma solução para a alocação de portos?) - Ações de compensação da licença da Jurong.
8. Falta de uma lei de solos no Brasil		

### **Sugestões gerais**

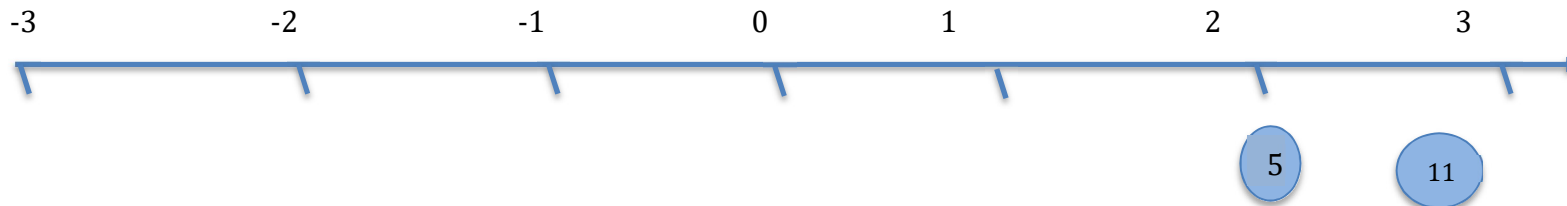
- Organizar informações e dados (Sistema de Informações Geográficas - SIG);
- Promover a articulação das instituições;
- Estratégia de comunicação que traduza os dados científicos em linguagem acessível à coletividade;

### **Sugestões específicas**

- (**Questão referente à biodiversidade**) Integrar a estratégia de ampliação das UC da região de Abrolhos com iniciativas de conservação das cordilheiras Vitória-Trindade;
- (**Recursos Hídricos**) Apoiar as demandas e iniciativas pactuadas no seminário sobre as planícies costeiras;
- (**Recursos Hídrico**) Apoiar as iniciativas e estratégias da rede gestores da Mata Atlântica/2017 Água;
- (**Portos**) Identificar áreas potenciais para estabelecimento de portos e terminais portuários;

## Avaliação

Primeiro dia



Avaliação final

Que Bom!	Que pena...	Que tal??
Construindo um planeta melhor	Que a implementação do projeto dependerá da vontade política de gestores	Trazer setores públicos para dar a devolutiva. Ex. fiscal de pesca
Dinâmica e integração de diferentes atores	Mais representantes dos movimentos sociais	Congo de Regência
Integração e abertura para dialogar	Ausência de atores (mobilização/sensibilização insuficiente)	Trazer exemplos de “avanços” que obtiveram bons resultados para problemas comuns
Integração entre os participantes	Achei que deveria ter mais tempo para a oficina	Mais agentes sociais envolvidos
Organização e dinâmica dos espaços	Calor, ausência de atores importantes	Incentivar maior participação dos nativos
Metodologia rápida e satisfatória	Excelente as abordagens nas oficinas	Haver mais convites abertos para moradores envolvidos no projeto
Entender TerraMar e oportunidades de interação	Pouca participação de nativos. Conhecimento local da região da foz pouco explorado	Envolver mais atores sociais na produção e fortalecimento das propostas
Interativo, interdisciplinar, boa logística	Poucos representantes pesca, sem representantes indústria e portos	Oficinas para pescadores; Oficina para empresas/portos
Tempo Oficina!	Que faltavam mais representatividades como mais pescadores, populações locais e representantes políticos	Fazer esse projeto ir a frente, precisamos desses ecossistemas juntos

Que Bom!	Que pena...	Que tal??
Forma de captar as informações para auxiliar a construção do Projeto (metodologia)	O calor. Falta de algumas representações	Intercâmbio dos atores Bahia e Espírito Santo
Metodologia adequada, incentivo ao diálogo, debate crítico	Mercado de ideias superficial, falta de tempo	Maior participação da comunidade local, mais tempo para mercado de ideias
Direcionar as questões pesqueiras mais Rio Preto	Que a maioria dos convidados não compareceram	Apresentação das expectativas como também das frustrações com projetos como esse
Mais pessoas, ONGs participando. Divulgar para as comunidades	Lugar quente, calor	Antecipar as reuniões com informações prévias
Parabéns ao direcionar questões da pesca + Rio Preto	Ausência de importantes atores	Intercâmbio e troca de experiências
Metodologia da Oficina	Ser pouco frequente	Envolver outros segmentos da sociedade, ex: profissionais da saúde
Que bom! Tem que ter mais continuidade, tirar do papel	Metodologia da última plenária	Uma melhor acomodação do evento para os participantes. Obs: local do evento
O oficina foi muito dinâmica e participativa	Poucas representações municipais e locais	Rever a organização e modo de apresentação dos grupos na plenária
Achei muito produtiva essa oficina, pois um grupo obteve informação de outros	Que a plenária não teve mais participação do público	Divulgação da oficina com apoio de parceiros locais
O dinamismo, a qualidade dos moderadores, a diversidade do grupo	Prazo longo para a devolutiva da oficina	Incluir tempo para conhecer a região?
Compartilhar, articular	Participação municipal (representantes)	Para próximas envio de texto base/referência sobre objetivos e contexto
Proposta metodológica participativa		
Conservação marinha tá na moda!		
Carebada, participação		
Que houve respeito pelas sugestões		
Muito proveitoso, agora temos que fazer acontecer nas esferas de trabalho		
Dinâmicas, iniciativa do projeto resultado da oficina		

Que Bom!	Que pena...	Que tal??
Troca de ideias, método é eficiente, organização		
Dinâmica da oficina		
Bom direcionamento dos moderadores e facilitadores		



*Figura 6 Momento de descontração – participantes tocam e dançam músicas do Congo do Espírito Santo.*

### Encaminhamentos

Distribuição dos Relatórios ES e BA – início de Fevereiro/17.